

PARTICIPE

DEFENSORES E JORNALISTAS DEBATEM RACISMO

Como desdobramento da campanha Racismo se combate em todo lugar, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) promoverá, nesta sexta-feira, o seminário Atuação antirracista da Defensoria Pública na perspectiva criminal. O evento será realizado, das 9h às 13h, na sede do Sindicato dos Jornalistas de Brasília.

A ideia é, a partir de um diálogo entre defensores e jornalistas, analisar como discursos e representações podem contribuir para a projeção da imagem da pessoa negra na sociedade.

A titular desta coluna participará do painel Representatividade negra na grande imprensa, ao lado do jornalista Luiz Fara Monteiro, da Record, e da defensora pública da Bahia e coordenadora da Comissão Temática da Igualdade Étnico-Racial da Anadep, Clarissa Verena. Inscrições gratuitas no site www.anadep.org.br.

Arquivo Pessoal



Nos espaços de poder

O Projeto 365 Dias de Consciência Negra surgiu em 2018, quando Margareth Alves, professora do Centro Educacional 310 de Santa Maria, conversava com uma estudante sobre dificuldades em se perceber negra e discriminação. Margareth apostou em imagens e letras para mudar esse roteiro: passou a fotografar os alunos na biblioteca. “As fotografias trabalham a questão da autoestima, do empoderamento e da força. A biblioteca é um espaço de poder, e o negro tem que estar em espaços de poder”, diz.

Na tentativa de favorecer a autoestima e o autoconhecimento, a iniciativa engloba, também, desfiles pedagógicos, rodas de conversa e shows musicais, entre outras atividades. “Eu desejo que jovens negros possam ter o direito de fazer o que tiverem vontade, de sonhar e tornar seus sonhos em realidade sem serem impedidos pela cor da pele”, afirma Margareth.

O projeto conta com a participação de outros professores e também incentiva o fortalecimento de valores pessoais e humanos. “Quem educa pode, e deve usar, a arma mais poderosa contra o racismo: a educação. Não importa a sua cor, apenas contribua nessa luta”, convida a professora.

COTAS NAS UNIVERSIDADES

Enem ameaçado

Conturbado em 2020, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021 desperta ainda mais preocupação. Em um ano, o número de candidatos que se consideram negros caiu 52%, segundo levantamento do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Simesp). Há ainda a suspeita de que interferências do governo

intensifiquem esse cenário pouco favorável ao pluralismo nas universidades. Sem diversidade, não há democracia, alerta Renísia Cristina Garcia Filice, professora-associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Em parceria com o aluno Everaudo Lacerda Lopes Filho, Renísia traz reflexões sobre a crise atual.

Que cara feia é essa?

“O Enem começa a ter a cara do governo”, disse o atual presidente num contexto em que servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) denunciaram sofrer pressão psicológica e vigilância velada em torno no processo de elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e na formulação da prova. O impacto da fala gera grandes incertezas sobre um exame que é um dos mais importantes do país.

Criado em 1998, o Enem não tinha o intuito de ser apenas uma forma de ingresso para o ensino superior, objetivava ser uma forma de avaliação do ensino brasileiro. E se tornou o processo seletivo com maior potencial para o ingresso em instituições de ensino superior (IES), que passaram a utilizar as notas dos/as candidatos/as como forma de acesso.

A popularização do Enem se deve à isenção da taxa de pagamento para alunos/as de escolas públicas e com cadastro no CadÚnico do governo federal; à possibilidade da nota para certificação de conclusão do ensino médio e para concorrer a bolsas do Prouni, que ampliou o acesso ao ensino privado. Tornou-se uma das mais impactantes ações públicas dos últimos anos.

Esperava-se que o acesso das camadas mais marginalizadas da sociedade (negros/as, pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza, indígenas, ribeirinhos, quilombolas) pudessem mudar o cenário das IES. Que tivéssemos um ensino superior menos elitista e embranquecido, e que diferentes segmentos com variadas trajetórias singulares num espaço de elaboração do pensamento complexo pudessem consolidar uma IES mais democrática e crítica em relação a problemas estruturais, como racismo, sexismo, classicismo e a condição de subalternidade em que o Brasil vem recorrentemente se colocando, e sendo colocado.



Tânia Régio/Agência Brasil

Outra ação pública da mesmo período do Enem é a implementação de políticas de ações afirmativas (PAA), a reserva de vagas para negros/as e indígenas, que ficaram subsumidas na Lei 12.711/2012, que reserva 50% de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. Combinadas, as PAA e o Enem potencializaram a mudança do perfil nas IES. Entretanto, além dos limites de ambas no acesso, é preciso citar a permanência. A concessão de bolsas de pesquisa, projetos de extensão, a ampliação do passe livre estudantil, o apoio para compra de materiais pedagógicos, livros e outras demandas precisam se conectar com uma robusta política nacional de assistência estudantil. E isso não tem ocorrido.

Com a pandemia da covid-19, intensificaram-se as desigualdades sociais e raciais, e registrou-se a maior baixa nas inscrições para o Enem desde 2005. A insistência do governo federal em realizar a prova em 2020, em meio a altíssimas taxas de transmissão e número de mortes, em que estudantes do ensino médio estavam impedidos de finalizar os estudos e a necessidade de intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) para resguardar a isenção de taxa em 2021, tencionam ainda mais o quadro.

E o que se vê agora? Uma enxurrada de demissões gerando incerteza sobre o sigilo e a realização do Enem. E, qual a resposta do atual presidente? “O Enem começa a ter a cara do governo”. Fica a pergunta: que cara feia é essa? Sem educação, sem investimento e sem diversidade, não há democracia. E a democracia tem que ser a cara de qualquer governo.



Sem educação, sem investimento e sem diversidade, não há democracia. E a democracia tem que ser a cara de qualquer governo.”

A lei de cotas em universidades públicas federais deve passar por uma revisão, prevista em lei, quando completar 10 anos, em agosto de 2022. Abrimos aqui um espaço para ampliar o debate sobre este momento significativo.